



A EDUCAÇÃO NA GUINÉ-BISSAU IMPACTOS DE UMA INDEPENDÊNCIA TARDIA

Eguitainy Joaquim Gomes da Silva¹

Edna Cristina do Prado²

GT 5 - Educação, Culturas e Currículos

RESUMO

Este artigo apresenta os resultados de um estudo exploratório sobre as principais características da educação na Guiné-Bissau. Seu objetivo é apresentar à comunidade acadêmica da Universidade Federal de Alagoas, que acolhe vários alunos africanos por meio do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G), entre eles estudantes guineenses, os desafios educacionais por que passa a jovem nação independente da Guiné-Bissau. Os trabalhos de Sampa (2015), Barreto (2014), Ocuni Cá (2005), Furtado (2005), Rehder (2018) e Sucuma (2013) deram suporte à reflexão. A metodologia utilizada parte de uma revisão de literatura ancorada em uma abordagem qualitativa. Os resultados demonstram que, por mais que tenha avançado, a educação guineense ainda possui um sistema muito frágil, com pouco investimento nacional e dependente da ajuda externa.

PALAVRAS-CHAVE: Programa de Estudantes-Convênio de Graduação – Guiné-Bissau – Educação

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo origina-se da curiosidade de uma turma do primeiro período do curso de Pedagogia do Centro de Educação da Universidade Federal de Alagoas que tem um estudante guineense, participante do Programa de Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G).

O PEC-G é um programa do governo brasileiro que oferece formação gratuita, em nível superior (graduação), para jovens entre 18 e 23 anos,

¹ Graduando em Pedagogia. E-mail: www.tainygomes2@gmail.com. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

² Pós-doutora em Educação no Instituto de Educação da Universidade de Lisboa (IE/UL). E-mail: wiledna@uol.com.br. Universidade Federal de Alagoas (UFAL).



[...] cidadãos de países em desenvolvimento com os quais o Brasil mantém acordos educacionais e culturais. Desenvolvido pelos ministérios das Relações Exteriores e da Educação, em parceria com universidades públicas - federais e estaduais - e particulares [...] São selecionadas preferencialmente pessoas inseridas em programas de desenvolvimento socioeconômico, acordados entre o Brasil e seus países de origem. Os acordos determinam a adoção pelo aluno do compromisso de regressar ao seu país e contribuir com a área na qual se graduou. (BRASIL, 2013)

Graças ao intercâmbio cultural proporcionado pelo programa, o referido aluno teve a oportunidade de apresentar, ainda que de forma breve em uma das aulas, as principais características de seu país, mas várias dúvidas acerca da educação guineense não puderam ser esclarecidas e, justamente pensando em iniciar um maior diálogo entre as duas nações lusófonas (Brasil e Guiné-Bissau), este texto foi elaborado.

2 UMA INDEPENDÊNCIA TARDIA

A República da Guiné-Bissau como é conhecida oficialmente, é um país do continente africano, com 36.125 quilômetros quadrados, situado na costa ocidental. Tem limitações fronteiriças com dois países francófonos: Senegal ao Norte, Guiné-Conacri, ao Sul e Leste e com o Oceano Atlântico ao Oeste. Sua capital, Bissau, é a cidade mais populosa. Segundo os dados do Banco Mundial (2019) sua população é de 2 042 665 habitantes.

O sistema político em vigor é o semipresidencialista, isto significa que o poder está distribuído entre quatro órgãos de soberania: presidente da república, presidente do parlamento, primeiro ministro e presidente do supremo tribunal de justiça.

Ex-colônia portuguesa, o país adquiriu a independência unilateralmente no ano de 1973. Reconhecida por Portugal somente no ano de 1974.

O português é a língua oficial no país, entretanto, poucos são os seus falantes. O crioulo, língua materna, é falado pela maioria da população guineense.

Embora o português seja a língua oficial da Guiné-Bissau e conseqüentemente a língua oficial do ensino no país, continua até os dias de hoje como a terceira língua falada no país, com cerca de 14% dos falantes, enquanto a língua crioula conta com cerca de 44% de falantes, dependendo dos casos. Ou seja, das famílias, a primeira língua pode ser o crioulo, depois a língua étnica a que a família pertence, e por último o português. Essa ordem pode mudar no topo, principalmente nos interiores do país, onde na maioria dos casos a primeira língua é a do grupo étnico a que a família pertence seguida pelo crioulo como a segunda língua da família. O



português, na maior parte das famílias é considerado uma língua estranha; nem se quer é falada no seio dessas famílias, salvo pelas crianças que frequentam as escolas; mas mesmo nesse caso elas só falam o português nas escolas, pois em casa é a língua étnica ou o crioulo. Entretanto, a língua mais falada no país no dia a dia da população, dos estudantes e até dos políticos é o crioulo, ao passo que nas escolas se ensina a língua portuguesa, língua que não se consolidou no país. (SAMPA, 2015, p.7)

Cumprе ressaltar que em Guiné há várias etnias, cada qual com sua cultura e língua próprias. No que tange à religião, assim como a variedade linguística, há uma multiplicidade de crenças. As religiões tradicionais africanas e o islamismo são predominantes, seguidas pelo cristianismo (catolicismo romano) que gradualmente vem perdendo fieis para as igrejas protestantes.

3 IMPACTO DO CONFLITO DE 7 DE JUNHO DE 1998 NA EDUCAÇÃO GUINEENSE

A Guiné-Bissau era uma das colônias portuguesas em que menos havia preocupação com um sistema educativo. A maior parte dos cidadãos não tinha direito à educação. As poucas instituições estavam a cargo de ações missionárias e apenas uma minoria tinha o privilégio de aceder a uma instrução primaria elementar. “Basta dizer que nos anos cinquenta do século XX a percentagem dos alunos que tinha acesso à instrução não ultrapassava 7%. Nas províncias de Angola 8% e Moçambique 24%.” (FURTADO, 2005 p. 247).

Tardiamente, quando comparado a outras ex-colônias portuguesas, por meio da portaria nº 13130, de 22 de abril de 1950, foi criado o colégio Liceu de Bissau, que proporcionou o ensino secundário à juventude da época até o 5º ano correspondente ao atual 9º ano de escolaridade. O liceu foi levado a cabo por um grupo de intelectuais portugueses e, em março de 1958, foi elevado ao regime jurídico dos liceus da metrópole, tendo recebido o nome do liceu Honório Barreto. No ano seguinte, em 1959, o liceu recebe seu edifício próprio.

Com a conquista da independência, os cidadãos guineenses conseguiram fazer com que o novo governo priorizasse (ainda que no plano legal) a educação, contribuindo para a construção de uma sociedade de forma produtiva e construtiva, buscando acabar com o analfabetismo, que desde então foi assumido como tarefa fundamental do estado. Entretanto,



apesar de o princípio da universalidade do direito à educação e à igualdade de gênero estarem presentes na Guiné Bissau desde a luta pela libertação nacional (1964-1974) e a criação das primeiras escolas, onde já havia a promoção da gratuidade e obrigatoriedade, a educação como um direito universal está difícil de ser garantida até hoje. (REHDER, 2018, p. 968)

Segundo a lei de bases do sistema do ensino, é obrigatório para todos os cidadãos frequentarem a escola a partir dos 6 anos de idade e pelo menos até ao sexto ano de escolaridade, o que lhes permite adquirir conhecimentos essenciais, tais como ler e escrever, matemática elementar. Esses seis anos de ensino são gratuitos, assim como os livros distribuídos aos estudantes. (GUINÉ-BISSAU, 2010)

Em 1975, no segundo ano da independência nacional, o liceu passou a ser chamado de Liceu Nacional kwameh N`krumah, em homenagem a Kwamen N`kruma, um dos grandes líderes africanos, primeiro presidente do Ghana. No ano de 1984-1985, o liceu nacional, que tinha uma grande estrutura, passou por uma profunda reforma administrativa, sendo dividido em três novos liceus: Liceu Regional 1 (atual Liceu Dr. Agostinho Neto), Liceu Regional 2 (atual Samora Moises Machel) e a Unidade 23 de janeiro.

Durante esta altura, a Guiné-Bissau tinha um sistema educativo bem organizado, (semelhante ao de Portugal) com maioria de professores portugueses. O país gozava de apoio na formação dos quadros com diferentes países, entre os quais estavam a antiga União Soviética e Cuba. (SUCUMA, 2013)

Entretanto, com o conflito de 7 de junho de 1998 (que durou 11 meses e teve o seu término dia 7 de maio de 1999), o já frágil sistema educativo guineense sofre um grande impacto e começa a passar por grandes e sérios problemas.

Depois do conflito, a maioria dos governantes guineenses passou a trabalhar por interesses próprios, atrasando por diversas vezes os salários dos professores, precarizando as relações trabalhistas, não investindo em infraestrutura, entre outros problemas. A corrupção e o nepotismo ganharam a força no Ministério de Educação. Segundo Ocuni Cá (2005, p. 175).

Em virtude da crise na educação iniciada no final dos anos oitenta na Guiné-Bissau, os efeitos foram muito negativos: as taxas de matrícula em declínio, as taxas de repetência e os frequentes conflitos entre professores e alunos, e uma relação entre professor/estudante baixa eram indicadores que mostravam que o sistema de educação era de baixa qualidade e eficiência. O sistema de ensino era adversamente afetado pelo complexo problema do idioma, currículo inadequado, pobre preparação dos professores, falta de material de instrução e uma infraestrutura escolar deficiente. Uma



supervisão inadequada contribuía, também, para a baixa qualidade e eficácia interna.

4 DIFICULDADES ENFRENTADAS PELOS ALUNOS GUINEENSES

A Guiné-Bissau enfrenta grandes obstáculos nas mais diversas áreas, mas sem que haja um forte investimento na educação, o progresso da jovem nação continuará seriamente comprometido. Por mais que ONG, igrejas, agências internacionais desenvolvam projetos educativos, as dificuldades são tamanhas (econômicas, culturais, linguísticas, etc.), os estudantes têm sérias dificuldades escolares e pouco avançam academicamente:

Em regra geral na Guiné-Bissau, os alunos decoram frases mecanicamente, sem nenhum senso crítico. O perigo deste tipo de ensino é que os alunos retenham apenas as informações necessárias para um objetivo determinado que é ser aprovado, portanto, sem a preocupação de compreender essas informações com os outros dados já adquiridos e utilizados em contexto diferente. (BARRETO, 2014, p. 21, 2014).

A imposição da língua portuguesa como a língua oficial contribuiu e ainda tem contribuído para que as dificuldades de aprendizagem pareçam muitas vezes intransponíveis, negar as línguas nativas e o crioulo é negar a identidade cultural de toda uma nação. (SAMPA, 2015).

A rotina das salas de aula guineense começa comumente com um professor ditando os apontamentos que os alunos vão escrever no caderno, precedido da explicação oral da matéria pelo professor, que em poucas vezes depois da explanação, solicita a apresentação das dúvidas pelos alunos. As provas são elaboradas sem o sentido de provocar a reflexão e a imaginação do aluno, sugerindo assim a simples reprodução do conteúdo transmitido pelo professor como respostas as questões da prova. (BARRETO, 2014, p. 4)

O predomínio de práticas mecânicas e, por vezes, acríicas parece ser reflexo da formação deficitária recebida pelo próprio docente que, ao assumir suas turmas, reproduz o que vivenciou enquanto aluno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por mais que a situação da Guiné-Bissau seja muito adversa, não é possível deixar de considerar ao término deste trabalho que muito já foi feito e que avanços foram sim alcançados com o apoio de parceiros internacionais.



A expansão da escolarização nas últimas décadas é visível, principalmente após a democratização do ensino, a partir do final do século XX. Diante da ausência de políticas públicas governamentais, várias escolas comunitárias foram criadas e, posteriormente reconhecidas pelo Estado.

O cuidado com formação dos jovens tem crescido consideravelmente não apenas entre os que saem do país em busca de formação superior nas nações lusófonas, tais como Brasil e Portugal, mas também entre os que permanecem na Guiné-Bissau, com ações voltadas para as escolas rurais e para a redução da evasão escolar.

As parcerias internacionais também têm contribuído para a melhoria da qualificação dos professores, tanto no que tange à formação inicial quanto no que diz respeito à formação continuada em serviço.

7 REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Hilda Maria. **Educação e transformação social formas alternativas de educação em país descolonizado**. 1981. Dissertação (Mestrado em Educação). Instituto de Estudos Avançados em Educação. Fundação Getúlio Vargas. Rio de Janeiro, 1981.

BANCO MUNDIAL. **Banco Mundial em Guiné-Bissau**. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/guineabissau>. Acesso em 11/10/2019.

BARRETO, Augusto Gomes. O Fraco Desempenho dos Estudantes no Ensino Superior na Guiné-Bissau: A Herança do Ensino Básico. São Paulo, **Revista Eletrônica Diálogos Acadêmicos**. v. 07, nº 2, p. 18-28, jul-dez, 2014. Disponível em: http://www.semar.edu.br/revista/downloads/edicao7/artigo2_OfracoDesempenhodosEstudant esnoEnsinoSuperior.pdf. Acesso em: 10/10/19.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto nº 7.948**, de 12 de março DE 2013. Dispõe sobre o Programa de Estudantes-Convênio de Graduação - PEC-G. Brasília, DF, 2013.

CORREIA, Heldomiro Henrique. **O projeto africanidade e o contexto educacional da Guiné-Bissau**. 2013. Dissertação (Mestrado profissional em gestão nas Organizações Aprendentes). Centro de Educação. Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, 2013.

FURTADO, Alexandre Brito Ribeiro. **Administração e gestão da Educação na Guiné-Bissau: Incoerências e descontinuidade**. Tese (Doutorado em Ciências da Educação). Universidade de Aveiro, 2005.

GUINÉ-BISSAU. **Lei de Bases do Sistema Educativo**. Ministério da Educação Nacional, Cultura, Ciência, Juventude e dos Desportos. Bissau, 2010.



OCUNI CÁ, Lourenço. *Perspectiva histórica da organização do sistema educacional da Guiné-Bissau*. 2005. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Educação. Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2005.

PEREIRA; Amilcar; Araujo; VITTORIA, Paolo. A luta pela descolonização e as experiências de alfabetização na Guiné-Bissau: Amilcar Cabral e Paulo Freire. **Est. Hist.**, Rio de Janeiro, vol. 25, nº 50, p. 291-311, julho-dezembro de 2012.

REHDER, Maria; SILVA, Rui; MONTEIRO, Talismã. Da Guiné-Bissau ao Brasil: impactos da instabilidade política na manutenção dos princípios constitucionais para a educação. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 39, nº. 145, p.962-979, out.-dez., 2018.

SAMPA, Pascoal Jorge. **Situação do ensino pública em Guiné-Bissau**: desafios e possibilidades para uma educação de qualidade Campina Grande, Vol. 1 Ed. 4, ISSN 2316-1086, Realize editora, 2015.

SUCUMA, Arnaldo. **Estado e Ensino Superior na Guiné-Bissau 1974-2008**. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política). Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2013.